

## PARECER TÉCNICO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

### JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 033/2025

O Agente de Contratação e Equipe de Apoio da Prefeitura do Município de Malhador/SE, nomeados pela Portaria nº 205A/2024, de 01 de julho de 2024 com efeitos retroativos á 05 de janeiro de 2024, no uso de suas atribuições; e instado a emitir parecer técnico sobre a possibilidade e legalidade da contratação da empresa **ALEX SANTOS DA SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.584.895/0001-42, sediada na Rua Jorge Luiz, 215, Conjunto Moises Gomes,Centro, Barra dos Coqueiros/SE,**CEP:49.140-000**, pelo valor global de **R\$ 25.505,00 (vinte cinco mil quinhentos e cinco reais)**, após compulsar os autos, verifiquei que consta no processo.

#### 1.0. O OBJETO:

Contratação de empresa para a **Contratação de empresa especializada para a Aquisição de ar condicionados para suprir as necessidades do Prédio Sede da Prefeitura e Secretarias vinculadas do Município de Malhador/SE**.

#### 2.0. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A demanda tem origem na necessidade de adequação das condições ambientais e estruturais dos espaços administrativos do Município, considerando o clima quente característico da região, que compromete o desempenho dos servidores, a conservação de equipamentos eletrônicos e a qualidade do atendimento ao público.

A instalação de aparelhos de ar-condicionado é medida que visa garantir conforto térmico, eficiência e salubridade no ambiente de trabalho, refletindo diretamente na produtividade e na eficiência dos serviços públicos prestados.

A contratação se mostra necessária, oportuna e vantajosa, uma vez que visa atender interesse público relevante, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

#### 3.0. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE MALHADOR**

---

Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos **serviços ou fornecimentos** disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da ICF/1988:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações Serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."**

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, mais conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, imparcialidade, igualdade, moralidade e publicidade e todos os princípios elencados no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Litar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis e até dispensáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações dispensáveis, impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

**"Art. 75. É dispensável a licitação:**

(...)

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$**

**50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência**

Considerando, que o Decreto nº 12.343/24 atualizou os valores estabelecidos pela Lei nº 14.133/21, modificando o valor previsto no Art. 75, inciso II para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.0. DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO**

Diz o §1º, I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021:

(...)

**§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:**

**I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;**

**II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.**

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II art. 75 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. "Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de

planejamento. " - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público, art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5a edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que:

"O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos - Orientações Básicas, Brasília:

**"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."**

**"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento Acórdão 73/2003 - Segunda Câmara.**

**"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las**



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE MALHADOR**

**"e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas"  
Acórdão 407/2008 - Primeira Câmara.**

**5.0. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

Em análise aos presentes autos, observamos que foi realizada pesquisa de preços junto a(s) empresa(s), conforme justificativa da Divisão de Compras, tendo como vencedora a Empresa **ALEX SANTOS DA SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.584.895/0001-42, sediada na Rua Jorge Luiz, 215, Conjunto Moises Gomes, Centro, Barra dos Coqueiros/SE, CEP:49.140-000, em razão de ter atendido aos critérios de habilitação propostos, demostrou expertise e notoriedade necessárias à execução do objeto, e apresentou preços compatíveis com o de mercado.

**6.0. O PREÇO:**

O preço global estimado para contratação é de **R\$ 25.505,00 (vinte cinco mil quinhentos e cinco reais)**. Preço compatível com a prática para contratantes diversos, em soluções semelhantes, conforme documentação que consta nos autos.

**7.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

O Setor de Contabilidade informou que as despesas com a contratação correrão:

**PROJETO/ATIVIDADE: 1004 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

**FR: 15000000 – RECURSOS PRÓPRIOS**

**8.0. CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, considerando a necessidade devidamente comprovada, o interesse público envolvido e o atendimento aos princípios e normas legais aplicáveis, opino favoravelmente à continuidade do processo de contratação para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência elaborado pela Secretaria demandante.

A contratação atende aos requisitos técnicos e jurídicos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo medida justificada, vantajosa e necessária para o adequado funcionamento da Administração Pública Municipal.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE MALHADOR**

---

Malhador/SE, 01 de julho de 2025.

**MARIA SILVANIA DE SANTANA FONTES**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÕES**